

Formas institucionais de produção da verdade: transação penal *versus* *plea bargaining*

Breno Inácio da Silva¹, breno.inacio@terra.com.br

1. Advogado, mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF), Rio de Janeiro, RJ; professor no Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (Unileste), Coronel Fabriciano, MG; advogado.

RESUMO: Este artigo trata da representação social da transação penal administrada no Juizado Especial Criminal, estabelecendo um paralelo entre os institutos jurídicos da transação penal e a *plea bargaining* do sistema jurídico norte-americano.

Palavras-chave: transação penal, *plea bargaining*, Juizado Especial Criminal.

RESUMEN: Formas institucionales de producción de la verdad: transacción penal *versus* *plea bargaining*. Este artículo trata de la representación social de la transacción penal administrada en el Juzgado Especial Criminal, estableciendo un paralelo entre los institutos jurídicos de la transacción penal y la *plea bargaining* del sistema jurídico norteamericano.

Palabras llaves: transacción penal, *plea bargaining*, Juzgado Especial Criminal.

ABSTRACT: Institutional forms of production of the truth: penal transaction versus *plea bargaining*. This article deals with the social representation of the criminal transaction managed by the Special Criminal Court, establishing a parallel among the juridical institutes of the penal transaction

and the plea bargaining of the North American juridical system.

Keywords: penal transaction, plea bargaining, Special Criminal Court.

Introdução

Não há dúvidas acerca da necessidade de se empreender estudos empíricos na área jurídica, visando compreender como os institutos jurídicos são percebidos pelos jurisdicionados, isto é, favorecendo uma perspectiva prática, ou ainda, a representação do Direito para as pessoas que a ele se submetem.

Em recente pesquisa realizada na comarca de Ipatinga, no Leste de Minas Gerais, objeto de uma dissertação de mestrado, buscou-se avaliar a representação social da transação penal, para as partes envolvidas em conflitos criminais estabelecidos na esfera da “sociabilidade primária” e administrados no Juizado Especial Criminal local. Ao mesmo tempo, a pesquisa procurou estabelecer um paralelo entre o instituto da transação penal e a *plea bargaining* do sistema jurídico norte-americano, do qual foi tirada a inspiração para implantação da transação penal, sendo este segundo aspecto, o ponto principal do presente trabalho.

A comparação teve como único objetivo lembrar os perigos de se tentar traduzir um sistema noutro (KANT DE LIMA, 1995b), mostrando que as diferenças, os contrastes se sobressaem às aparentes semelhanças. Não se buscou determinar que um ou outro sistema estivesse correto ou que fosse mais ou menos justo, mas, apenas, mostrar que apesar de a doutrina afirmá-los semelhantes, eles diferem bastante.

Utilizando-se como metodologia a técnica da observação participante, assim como a aplicação de entrevistas e questionários às partes envolvidas, chegou-se à conclusão de que a aplicação do instituto da transação penal, nas audiências preliminares observadas, não satisfaziam as partes.

Ressalte-se que a insatisfação verificada continha fundamentos diversos, que variaram de acordo com o interesse de cada parte, fato que por sua vez, encontrava-se diretamente relacionado à posição de cada parte no processo.

Por certo, há que se considerar a impossibilidade de generalizações, uma vez que os dados colhidos referem-se a alguns casos concretos. Todavia, percebeu-se que a referida pesquisa encontrou resultados semelhantes aos de outros estudos já realizados no Brasil, sobretudo, no Rio de Janeiro.

Após o estudo um pouco mais detalhado acerca do instituto da transação penal – que mostrará ter sido o mesmo inspirado no sistema da *plea bargaining* do Direito norte-americano, do qual, porém, difere em sua natureza e suas funções primárias – far-se-á uma breve exposição da representação social

pesquisada, o que dará o fundamento fático à teoria aqui exposta.

Algumas das principais características e diferenças havidas entre tais institutos, e que serão aqui avaliadas, referem-se à sua função, sua natureza e seu *status* em cada um dos ordenamentos jurídicos que os originaram, sendo apresentados respectivamente o sistema jurídico brasileiro e o sistema jurídico norte-americano.

I – A transação penal: suas origens e paradoxos

Como se sabe, a transação penal implica em que a parte acusada, diante da imputação que lhe é feita, aceite a aplicação antecipada de uma pena, em troca de não se averiguar o mérito da questão (sua culpabilidade).

Ao se observar as origens e a formação do nosso sistema jurídico criminal, vê-se que, apesar de apresentar o processo como devido e legal, nas suas essências deixa transparecer, com clareza, que o processo é, na verdade, uma garantia do Estado, e não uma garantia de defesa das pessoas acusadas. O processo penal brasileiro surge para o cidadão, ou melhor, para o “elemento”, como uma ameaça, conforme se verá mais tarde. Assim, diante do temor que é criado e apresentado ao acusado pela possibilidade de ocorrência de uma sentença criminal condenatória, ele se vê fortemente tentado quando o juiz, na audiência preliminar lhe diz: “Se o senhor aceitar a transação penal, não vamos discutir se tens culpa ou não, vamos simplesmente, terminar o processo”. Porém, o processo, na verdade, não termina. Fica pairando sobre a cabeça do acusado, pelo período de cinco anos, já que, segundo a lei, este é o prazo pelo qual o acusado não poderá cometer nenhum outro delito, sob pena de não ter outra oportunidade de fazer a transação penal. É o legítimo canto da sereia.

A lei inovou de fato, possibilitando, ao menos formalmente, no caso dos juizados especiais criminais, a existência de um espaço para que se tentasse o consenso entre as partes processuais. Possibilitou ainda uma aproximação entre a população e o Judiciário, já que abriu as portas do sistema a casos que outrora não passavam sequer dos limites da delegacia de polícia, fosse porque findssem por lá, fosse pela prescrição do delito ou, quaisquer outros motivos (que não faltaram).

Não obstante, tal inovação se deu através de uma prática comum na produção legislativa brasileira, qual seja, a de buscar inspiração em ordenamentos jurídicos de outros países, sobretudo o dos Estados Unidos.

Assim, o processo de implantação do instituto da transação penal no sistema jurídico brasileiro, que, a exemplo de outros institutos foi copiado do Direito norte-americano, se deu sem que se pusesse em relevo as diferenças entre esses sistemas criminais. Não se permitiu, nem se buscou uma contextualização dos sistemas em questão.

Aponte-se que nos EUA não se encontra a figura dos juizados competentes para processar e julgar os crimes de menor potencial ofensivo, mas, apenas

as chamadas cortes de pequenas causas (*small claims courts*), da área cível, em que é possível se apreciar conflitos civis nos quais, só não se pode discutir questão que envolva danos morais.

Uma característica marcante do sistema criminal daquele país e que marca uma grande diferença com o nosso sistema é que o processo é disponível para as partes, que resolvem se o querem, pois, no ordenamento jurídico norte-americano, o processo somente terá início quando o acusado se disser inocente das acusações que lhes são feitas, exigindo assim, um julgamento (*trial*), ao contrário do sistema jurídico brasileiro, no qual o processo – uma vez cometido um delito e não sendo de ação penal privada, ou ainda, que não se trate de delito cujo julgamento seja de competência do Juizado Especial Criminal – não se apresenta como garantia de defesa ao cidadão, mas, como garantia do Estado em defesa de sua sociedade e será, invariavelmente, utilizado (FERREIRA, 2004).

A rigor, naquele sistema, o *due process of law*, compreendido lá como *processo legal regular*, segundo Corwin, constitui-se como um direito do acusado de receber do Estado a proteção da defesa, ou seja, aquele que é acusado de qualquer crime tem o direito de passar por um processo justo e rápido (1986, p. 255).

A inspiração do instituto da transação penal vem do *plea bargaining system* do Direito norte-americano, o que não quer dizer, de forma alguma, que, de fato, sejam semelhantes.

Na doutrina, como, por exemplo, em Gomes (2003), aparece o entendimento de que a transação penal apresenta-se como uma forma de se extinguir o processo penal, por via de acordo havido entre o representante do Ministério Público e o autor do fato. Já segundo Sobrane, a transação penal pode ser definida como o “ato jurídico através do qual o Ministério Público e o autor do fato, atendidos os requisitos legais, e na presença do magistrado, acordam em concessões recíprocas para prevenir ou extinguir o conflito instaurado pela prática do fato típico, mediante o cumprimento de uma pena consensualmente ajustada (2001).”

Ainda no sentido de conceituar o instituto da transação penal como instrumento de utilização consensual, alternativo ao processo, encontra-se o entendimento de Fernandez que diz ser a transação “uma alternativa ao processo penal e seus efeitos (inclusive os relativos a punição/castigo), solucionando a controvérsia penal consensualmente, sem o ingresso dos envolvidos no sistema penal intimatório, necessariamente conflitivo” (2003, p.133).

Este último posicionamento descrito acima destaca um elemento que na presente pesquisa não se verificou, qual seja, a solução consensual da controvérsia. A pesquisa constatou elementos que enfatizaram a idéia de ter ocorrido nos casos observados, apenas a eliminação do processo, sem qualquer indício de ter havido solução para os conflitos, sobretudo na concepção das partes (vítima e autor).

Parece ser possível também, conceituar o instituto da transação penal como sendo um instrumento colocado pelo ordenamento jurídico, hábil para encerrar a lide penal, mediante a aceitação da culpa pelo autor do fato que recebe a imposição de obrigações, pela antecipação da pena, proposta pelo Ministério Público, pelo magistrado ou pelo seu defensor, sendo em seguida, homologada pelo juiz, ficando o autor do fato impedido de recebê-la, novamente, pelo prazo de cinco anos.

Ressalte-se que, aceitando o acusado a aplicação da transação penal, normalmente, os juízes determinam aos acusados o pagamento de cestas básicas (contendo produtos da alimentação básica suficientes para manutenção de um núcleo familiar por um mês) a entidades como asilos e creches, dentre outras.

Prosseguindo, ao estudar-se um pouco mais detidamente, percebe-se que se tratam de falsas semelhanças, aquelas havidas entre os referidos institutos (transação penal x *plea bargaining*), pois os fundamentos norteadores de um instituto divergem dos que constituem o outro.

Verifica-se, por exemplo, que na *plea bargaining*, o cidadão que se vê acusado de algum crime tem a oportunidade de negociar, com seu acusador, a sua culpa¹, a verdade, e por consequência, uma pena, enquanto que, no sistema criminal brasileiro, nos casos em que se verifica possível a transação penal, o acusado se vê negociando, segundo grande parte da doutrina, somente sua pena, isso porque, segundo esta mesma doutrina jurídica, o acusado de um delito ao aceitar a aplicação da transação penal não estaria aceitando ou admitindo sua culpa, como se falará adiante.

Além disso, uma outra diferença substancial, segundo Jesus (1995) é que a *plea bargaining* é aplicada a qualquer tipo de delito, sendo que, no ordenamento jurídico brasileiro, a aplicação do instituto da transação penal, somente se verifica possível, quando se tratar de delitos cujo julgamento esteja sob a competência do Juizado Especial Criminal.

Apesar de se perceber que há uma tentativa doutrinária de fazer com que os institutos em comento pareçam similares, percebe-se com clareza que as fundamentações dos dispositivos encontrados no Direito brasileiro e no Direito norte-americano são diversas, em relação ao instituto da transação penal e ao *plea bargaining*.

Há que ficar claro que não se objetiva aqui, afirmar que este sistema (brasileiro) ou aquele (norte-americano) estejam certos ou errados, que um ou outro seja justo ou injusto, melhor ou pior, mas, apenas levantar suas diferenças, e perceber que entre nós o instituto é concebido como forma de “adminis-

1 Ver LOPES (1998), quando explica que o instituto da *plea bargaining* revela-se como uma negociação, visando conseguir do acusado uma confissão da culpa em troca da acusação por um crime menos grave.

trar conflitos”, de “resolvê-los”, sendo que de fato, não os soluciona, mas, apenas elimina o processo dentro de um curto espaço de tempo.

Outra importante diferença entre os sistemas mencionados, que também diz respeito a suas essências, situa-se no fato de que a construção do sistema americano assentou suas bases fundamentais nas lutas pela democracia, enquanto que a tradição inquisitorial portuguesa e a dominação das elites políticas e sociais é que, controlando o conhecimento, produziram e desenvolveram nosso sistema jurídico, que é, portanto, desde sua origem, comprometido com o poder e com as escusas forças que o circundam².

Por isso é que se pode dizer que, pesquisando as influências históricas, em nosso sistema jurídico, predominou, sem dúvida, a influência do sistema de produção de verdade adotado pelo Direito Canônico, de tradição inquisitorial, buscando alcançar na verdade real uma expiação para os “pecados” (crimes) do acusado (ALMEIDA JR., 1959).

Não se pode negar que toda essa movimentação para buscar copiar institutos jurídicos de outros países, não deixa de ser uma forma de produção de conhecimento, e mais, que daria ensejo a uma ruptura com o sistema atual, uma vez que, para se adotar um instituto de outro sistema jurídico, e afirmar, por exemplo, que a transação penal tem o mesmo significado que a *plea bargaining*, dever-se-ia modificar também o sistema, rompendo com o paradigma atual.

Todavia, esse esforço não é percebido, ou seja, apenas se traduz um determinado instituto jurídico de um sistema para outro sem, no entanto, se modificar o modelo atual, sem se adaptar à nova realidade que a aplicação do instituto que foi equivocadamente traduzido enseja.

Além disso, facilmente se percebe, em diversas ocasiões, problemas com as cópias de institutos jurídicos de ordenamentos jurídicos de outros países. Isto se dá, principalmente, em razão de não serem observadas as peculiaridades de cada lugar, a sua diversidade cultural, a história de sua formação, se democrática ou não, por exemplo. Não se leva em conta ainda a enorme disparidade no tratamento dos jurisdicionados, que não é igualitário, conforme noticia Prado (2003).

O trabalho de Geraldo Prado ataca a forma inadvertida com que se produz cópia de institutos estrangeiros, no Brasil, destacando outro ponto de interessante discussão, que se refere à vontade livre do autor do fato para aceitar a aplicação da transação penal, que na sua concepção não se verifica em nosso

2 Recorre-se aqui ao texto de Kant de Lima (1995b, p.12), quando afirma que: “Já no Brasil, como vimos, o sistema jurídico não reivindica uma origem popular ou democrática. Ao contrário, alega ser produto de uma reflexão iluminada, uma ciência normativa, que tem por objetivo o controle de uma população sem educação, desorganizada e primitiva. Os modelos jurídicos de controle social não têm como origem a vontade do povo.”

paradigma jurídico. Necessário aqui, destacar um trecho de sua idéia a respeito, quando diz que:

(...) este trabalho tem por meta fazer a crítica da ‘importação’ de soluções, que não leva em conta as grandes diferenças entre as populações dos Estados centrais e periféricos. Procura demonstrar a impossibilidade da adoção de um sistema penal consensual, quer para os crimes de menor gravidade, quer para os mais graves (envolvendo aí a possibilidade de negociação em torno da prisão), pois o elemento fundamental para a concretização desses acordos não pode ser garantido: a autonomia pessoal dos sujeitos normalmente visados pelo sistema penal e a condição de equilíbrio que se exige em qualquer pacto (PRADO, 2003, p. 25).

Então, neste momento, há que se voltar a atenção para os percalços e os perigos de se buscar a tradução de um sistema noutro (KANT DE LIMA, 1995b) sem que se tenha em mente a preocupação com as diversidades que envolvem o desenvolvimento e a formação histórico-cultural, de cada país, de cada povo, fazendo com que, muitas vezes, se tente adaptar um determinado sistema a um outro modelo sem se levar em consideração que se tratam de modelos totalmente diferentes e incompatíveis.

No que se refere à tradução e adoção de determinados institutos, como é o caso da transação penal, de forma inadvertida, de um sistema para outro, é preciso lembrar Bourdieu (2003) quando explica que todo fato que se observa há que, necessariamente, ser contextualizado.

Segundo Bourdieu (2003) as estruturas sociais encontram-se indissociavelmente ligadas à evolução cultural dos grupos e, assim sendo, qualquer que seja o fato social ele tem sua própria história, seu lugar, o seu momento próprio, enfim, razões que são próprias apenas à sua existência.

É impossível um resultado satisfatório quando apenas se extrai de qualquer sistema um fato social, um instituto, lá sedimentado, e já compreendido, e, de maneira simplista o transporta para outro ordenamento jurídico.

Essa adoção de institutos é exatamente o que se verifica com a transação penal no sistema jurídico brasileiro, na Lei dos Juizados Especiais Criminais, pois aqui – como já foi dito – sem se observar o contexto no qual se criou o instituto da *plea bargaining* do Direito norte-americano, copiou-se a estrutura de seu modelo.

O argumento que sustenta tal posição é o de que nossas estruturas cultural, social e jurídica, assim como nosso modelo de formação do “povo”, do cidadão, nossa socialização se deram de forma, absolutamente, diversa da que ocorreu nos Estados Unidos da América.

Percebe-se, então, como no caso da tradução da *plea bargaining* do sistema jurídico norte-americano, no instituto da transação penal do sistema jurídico brasileiro, que tal instituto não é concebido como um elemento de composição de um “sistema de relações sociais e valores” na fala de DaMatta (1987), mas na realidade, que são observados isoladamente de seu contexto. Prossegue DaMatta, discorrendo sobre o estudo comparativo, afirmando que

(...) embora tivessem sido os evolucionistas os primeiros a vislumbrar as enormes potencialidades do método comparativo, eles não puderam aproveitar totalmente tais potencialidades porque comparavam costume com costume, em vez de comparar, como fazemos hoje, o costume como contexto onde ele aparece como tal e, somente depois desta operação, o costume desta sociedade com o de uma outra (DAMATTA, 1987, p.90).

Outra diferença substancial entre os institutos em estudo encontra-se no fato de que ao aceitar a aplicação da transação penal, o acusado, almeja, como observado na pesquisa de campo desenvolvida, ver-se livre do processo, e o mais gravoso, é que o mesmo faz tal opção, sem saber ao certo o que pesa contra si, quais são as provas existentes e carreadas ao processo – isso em razão de nosso sistema ser inquisitorial, no qual prevalece o sigilo. O contrário disso se verifica ocorrer com o *plea bargaining system*, pelo qual o acusado ao aceitar as imputações contra sua pessoa, o faz consciente das provas e evidências existentes contra si, conhecendo, portanto, as reais possibilidades de sua defesa, desistindo então de provar sua inocência.

Este problema em nosso sistema não ocorre por acaso. Na realidade tudo isso é reflexo das várias marcas deixadas pela nossa formação jurídica colonizada, que nos dá, há muito, a idéia de que o processo paira sobre a cabeça do acusado como uma espada de Dâmocles, uma ameaça assustadora que a qualquer momento pode lhe tirar a vida, a liberdade, o patrimônio, ou sua tranquilidade. Para nós, ficou a idéia de que o processo é uma garantia do Estado, enquanto deveria ser do cidadão.

No sistema jurídico norte-americano, o processo é efetivamente uma garantia estatal devida ao cidadão que manifesta seu desejo de provar a sua inocência. Isto é que é, para a doutrina e para a lei americanas, o verdadeiro sentido e espírito do *due process of law* (processo legal regular).

Ficamos com a compreensão de que o devido processo legal seria, na verdade, um processo amparado pelas garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Tais informações revelam com clareza a idéia de que, enquanto nos EUA o cidadão é inocente até que o Estado o prove culpado, no Brasil, o elemento – suspeito, indiciado, acusado, réu, pronunciado – é culpado até que ele prove sua inocência. Percebe-se que no Brasil o indivíduo, quando envolvido em um

processo, pertence a qualquer outra categoria, menos a de cidadão. Neste momento, apesar do discurso doutrinário, não é – na prática – o Estado que prova a culpabilidade do acusado, mas, este é que deve provar sua inocência ao Estado juiz.

Ponto ainda essencial a se detalhar, é a questão da produção da verdade, pois, se se deseja afirmar que o instituto da transação penal é semelhante à *plea bargaining* do Direito norte-americano, conhecer mais acerca das formas institucionais de produção da verdade do ordenamento jurídico brasileiro é questão de relevo.

Quando o acusado de um crime, nos Estados Unidos, entende melhor reconhecer a culpa pelo delito que lhe é imputado – tendo, como já se disse, consciência das provas contra si existentes – ele, juntamente, com a parte acusadora, está construindo uma verdade para os fatos, que não importa se é ou não a verdade real, mas, que é uma verdade negociada, consensuada, pactuada pelas partes, para terminar o processo.

Não se verifica naquele sistema, como no sistema brasileiro, a busca alucinada pela verdade real, mas, apenas por um consenso sobre a culpa do acusado, um consenso sobre o que seja a verdade para solução daquele caso e que se alcança entre este e a promotoria (FERREIRA, 2003). No sistema jurídico brasileiro não há, como no norte-americano, uma construção de uma verdade pelas partes que, cientes de todas as evidências colhidas, celebram um acordo acerca da culpa do autor do fato.

No que se refere ao sistema jurídico brasileiro, em relação à transação penal, o que se percebe é que o referido instituto situa-se em sentido contrário ao princípio da verdade real, pois se afirma a todo tempo, no processo, que não se deseja naquele instante saber de verdade alguma, mas apenas, terminar o processo sem que haja necessidade de verificação e avaliação do mérito da causa. Ainda assim, há quem afirme ter havido a criação de uma verdade pactuada.

A negociação da culpa caracteriza-se, então, como um significativo ponto de distanciamento entre os institutos da transação penal e da *plea bargaining*, pois neste último, efetivamente se negocia a culpa do acusado, as partes negociam uma verdade para o caso, e conseqüentemente, negocia-se também uma pena, enquanto que na transação penal no sistema criminal brasileiro, afirmam correntes doutrinárias de peso, como já se viu anteriormente, o acusado não está negociando culpa alguma.

Porém, a despeito do entendimento doutrinário mencionado acima, parece mais adequado e coerente o entendimento de que aceitando a proposta de transação penal, o autor do fato estaria, ainda que implicitamente, admitindo sua culpa, como afirmam Carvalho (1997) e Gomes (2003). Isso se afirma pelo simples fato de que, para ser coerente com o nosso sistema jurídico atual, há que se levar em conta o fato de que a culpabilidade é pressuposto para a aplicação de qualquer pena.

No Direito norte-americano, confessando então o delito e aceitando a culpabilidade, ou seja, realizando um acordo, isto é, tornando efetiva a *plea*

bargaining, o processo não chegará a existir, porém, avaliou-se a culpa, construiu-se uma verdade para aquele caso concreto.

No sistema jurídico brasileiro, quando o acusado aceita a aplicação da transação penal, também se deixa de prosseguir com o processo. A grande diferença, como se viu, é que em nosso sistema, afirma-se que o acusado, no momento em que a aceita, não se encontra confessando crime algum, nem assumindo qualquer responsabilidade, isto é, não está admitindo sua culpa, porém, mesmo assim, lhe aplicada uma pena.

Neste ponto há um paradoxo incontornável. Nosso sistema jurídico prevê que não haverá pena sem culpa, ou seja, determina que a aplicação de qualquer pena tenha como pressuposto lógico a culpa do agente do crime.

É importante destacar posicionamentos doutrinários que também caminham na direção deste entendimento, como, por exemplo, Azevedo (1996), que, apegando-se ao princípio do *nulla poena sine culpa*, sustenta a idéia de que não há aplicação de pena que não pressuponha um juízo de culpabilidade³. Ainda reforçando tal entendimento, destaque-se o posicionamento de um importante e contemporâneo pesquisador do campo jurídico, Ferreira, quando afirma que: “Deste modo, de acordo com os autores, a proposta oferecida pelo Ministério Público exige por parte do acusado uma contraprestação. Ora, ao aceitar esta contraprestação, o acusado aceita implicitamente uma parcela de culpa” (2004, p. 98).

Este último ponto de divergência apontado parece ser uma clara demonstração da falta de lógica na aplicação da transação penal, quando comparada à aplicação do instituto do Direito norte-americano, do qual fora equivocadamente copiado, a *plea bargainig*, posto que naquele sistema, transaciona-se sobre a culpa do acusado⁴, cria-se uma verdade consensual entre as partes para os fatos apreciados.

Não se está afirmando que o sistema norte-americano é justo ou não, porém, que seu desenvolvimento é dotado de lógica. Por outro lado, não pare-

3 O autor discorre sobre o tema afirmando que: “Pena e culpa constituem os dois lados de uma mesma moeda, a responsabilidade penal: a pena, como instrumento de responsabilização do indivíduo que agride o bem juridicamente tutelado, não encontra razão que não seja na reprovabilidade subjetiva – entenda-se culpabilidade – que recai sobre a escolha do agente, que, devendo e podendo conformar sua conduta à norma, opta por ferir a ordem jurídica” (AZEVEDO apud GOMES, 2003, p. 127).

4 A respeito de tal afirmação, ver a obra de Sèroussi (2001, p. 150), quando o mesmo afirma que: “Essa técnica muito adotada repousa num acordo feito, verbalmente ou por escrito, entre a defesa e a acusação (attorney) no qual o acusado (ou o réu) recebe promessas da parte da attorney em troca do reconhecimento da sua culpabilidade”.

ce razoável que se aplique uma pena, qualquer que seja sua natureza (restritiva de direito, pecuniária, multa etc), sem que se avalie, ainda que pelo consenso entre as partes interessadas, a questão da culpabilidade, já que se diz ser a consensualidade o espírito do Juizado Especial.

Assim, observou-se, tanto na pesquisa de campo como na pesquisa bibliográfica, que o instituto da transação penal não promove a construção de nenhuma verdade para o caso concreto, como ocorre no sistema jurídico norte-americano. Ao contrário, é passada às partes, em audiência, a idéia de que nada se quer saber sobre o fato, ou qualquer outra questão, quando se propõe a aplicação da transação penal. Afirma-se que se busca, visando atender o objetivo despenalizador da lei 9.099/95, apenas antecipar uma pena, pondo fim ao processo e, segundo o próprio judiciário, resolvendo o conflito. Assim, vê-se que a finalidade do instituto é meramente estatística.

II – Dados elementares da pesquisa

Há que se fazer, neste ponto, uma exposição breve de alguns dos principais dados obtidos na pesquisa de campo empreendida. Uma discussão mais extensa e detalhada acerca dos resultados se encontram no corpo do trabalho acadêmico de Silva (2004).

Importante destacar, de início, o desenvolvimento da audiência preliminar observada, ocasião em que se propõe ao autor do fato. Iniciada a audiência, o juiz de pronto indagava da vítima se mantinha seu interesse em representar contra o autor do fato. Se a vítima manifestasse negativamente, afirmando não desejar manter a representação, o processo era extinto e, conseqüentemente, arquivado.

Por outro lado, sendo mantida a representação pela vítima, o juiz, de imediato, apresentava ao autor do fato a proposta de transação penal, que, caso fosse aceita, faria com que o processo ficasse arquivado, porém, pesando sobre o acusado pelo período de 5 anos, já que a lei 9.099/95, dos Juizados Especiais, prevê em seu artigo 76, § 2º, inciso II, que neste prazo, o acusado não poderá voltar a cometer nenhuma infração, pois não teria mais direito de receber, novamente, a proposta de transação.

Uma vez recusada a proposta de transação penal, no entanto, o processo seria conduzido adiante, sendo oferecida denúncia formal pelo Ministério Público, seguindo-se para a fase de instrução probatória, quando o acusado é interrogado e produzirá as provas que julgar necessárias para provar sua inocência (aqui, invariavelmente se vê a produção de prova testemunhal).

A princípio, foram analisados os dados censitários referentes aos anos de 2001 a 2003, através da leitura dos mapas de operosidade que os juízes remetem, mensalmente, ao Tribunal, para controle estatístico. Constatou-se que no primeiro ano a aplicação da transação penal se deu em 40,83% dos casos, enquanto que no ano seguinte, subiu para 78,24% de todas as decisões que extinguíram processos, passando ainda, a 89,27% do total, no terceiro ano (2003).

Tais dados – como tem grande interesse estatístico para os tribunais e, em diversos casos, há lançamentos equivocados – em boa parte das vezes não se encontram corretos, porém, de qualquer forma, os índices apresentados requerem uma avaliação mais detida, já que, na maioria dos casos, a aplicação do instituto da transação penal esteve presente.

Como não são dados amplamente confiáveis, a pesquisa censitária foi complementada pela observação participante em 118 processos, durante três meses, bem como pela aplicação de questionários e entrevistas.

Quando se observaram os tipos de delitos, nos casos estudados, por exemplo, viu-se que o crime de ameaça (Art. 147 CP) se repetiu em 60,17% dos casos, tendo o crime de lesão corporal (Art. 129 CP) ocorrido 40,67% dos casos.

No que se refere à variação de sexo nos pólos ativo e passivo da demanda, observou-se que, em relação ao número de vítimas, as mulheres representavam maior parte do grupo (82,95%), enquanto que, em relação aos autores dos fatos, os homens aparecem como tal em 86,36%.

Também é crucial informar que, dos processos observados (118), um total de 60 tinham como partes pessoas que se apresentavam como marido e mulher, o que revela a grande ocorrência de violência de gênero naquele grupo social (o que, aliás, é uma tendência comum a outros juizados Brasil afora).

III – A (in)satisfação das partes

Os resultados sobre o grau de satisfação das partes tiveram que ser analisados por grupos, uma vez que, conforme se disse no início, as representações variaram de acordo com o interesse de cada parte no processo e seu *status*, neste processo.

Quanto às vítimas, separou-se em dois grupos, sendo o grupo de vítimas de violência doméstica (mulheres vítimas de seus companheiros) e o grupo de vítimas de violência de um modo geral, isto é, praticada por pessoas com as quais a vítimas tinham pouca ou nenhuma relação. O terceiro grupo a ser analisado foi o dos autores dos fatos.

Para o primeiro grupo, observou-se que o real desejo das vítimas não era o de punir ou castigar o seu agressor (marido/companheiro), não obstante, em um primeiro momento ela tenha se declarado desejosa de vingança.

Foi possível perceber desde logo que, de fato, ela desejava apenas manter a harmonia em seu lar.

Segundo este grupo de vítimas, tanto o autor do fato, como também seus filhos e ela própria haviam sido punidos com a aplicação da transação penal. Entendiam ainda que a determinação de pagamento de uma cesta básica pelo autor do fato representaria grande prejuízo para o núcleo familiar, colocando em risco a manutenção de sua prole.

Conforme Amorim (2003), em pesquisa nos juizados especiais criminais do Grande Rio, chegou-se a ter notícia de mulheres se antecipando aos maridos (autores). Pagavam as cestas básicas com seu próprio dinheiro, a fim de evitar, para sua família, uma repercussão ainda pior da determinação judicial. Tais sentimentos tomaram forma nas palavras das vítimas, colhidas em entrevistas, como as que seguem transcritas:

Não acho bom isso que aconteceu (referindo-se à transação). Isso não vai ajudar a gente em nada. Isso não resolve meu problema e me cria outro (Vítima).

Eu só queria que o juiz desse um chega pra lá nele. Uma prensa, o senhor entende? Esse negócio de cesta só vai me dá problema (Vítima).

Quanto à (in)satisfação das demais vítimas, do segundo grupo, observou-se que estas, realmente, buscavam vingar-se do autor do fato através do processo. Tais pessoas eram claras nas entrevistas ao afirmarem que, mantendo sua representação contra o autor do fato, na verdade desejavam vê-lo punido, severamente castigado e algumas falas que revelam essa postura seguem transcritas.

O que eu queria era ver ele no juiz mesmo. Queria que ele passasse, pelo menos, vergonha. Ele tem que ser condenado, eu não tenho dúvida (Vítima de um conhecido).

(...) isso foi pouco (referindo-se à transação penal). Devia ter sofrido um castigo bem maior pra valer as pancadas que ela me deu (Vítima).

Para este grupo de vítimas, a aplicação do instituto da transação penal não foi suficiente para resolver o problema por ela vivido naquele processo. Segundo elas, a solução do conflito passava, necessariamente, pela aplicação de uma punição severa ao acusado, sem a qual, a vítima sentia-se frustrada. Declaravam, ainda, não entenderem o porquê de serem colocadas à margem do processo, logo após manifestarem o interesse manter a representação contra o autor do fato. Na realidade, elas não percebiam que o processo, para elas, findava-se naquele instante, já que, daí em diante, interessava apenas saber se o acusado aceitava ou não a transação penal.

Por fim, quanto ao terceiro grupo, agora, os autores dos fatos, foi possível constatar que os mesmos, em um primeiro momento, na resposta aos questi-

onários se declararam satisfeitos com o desfecho da questão, sem, no entanto, esboçarem o mínimo entendimento acerca do significado da transação penal, chegando a entendê-la como sinônimo de estar livre (do processo, da própria pena, ou, ainda, de um castigo maior). Alguns afirmaram que:

(...) do jeito que ela (defensora pública) falou comigo, eu acho que foi tipo um acordo pra não ser condenado. Pra mim foi bom (Vítima).

Entendi sim. Eu não vou ser condenado. O advogado falou que era melhor pra mim (Vítima).

Outra parte, 9,09% dos autores, se disse, de pronto, insatisfeito com a aplicação da transação penal, manifestando sua discordância. Relevante destacar, porém, que desse percentual (representado por 8 pessoas), cinco indivíduos receberam como pena a determinação de comparecimento em sessões do grupo AA. Todos sempre faziam questão de afirmar na entrevista que não eram alcoólatras, sendo que alguns afirmaram e daí a revolta contra a aplicação da medida.

Já nas entrevistas, quando se permite um maior entrosamento entre o pesquisador e o pesquisado, foi possível entender que não obstante os questionários revelassem o dado referente à satisfação dos autores, na realidade, tratava-se de uma falsa sensação de satisfação.

Seus discursos deixavam perceber que os autores dos fatos optavam por uma situação (aceitar a transação penal) que, no seu entendimento, parecia menos grave. Isso ocorreu, principalmente, em função da forma como o instituto da transação penal era apresentado aos autores nas audiências preliminares (sempre como a melhor alternativa à uma possível condenação). O processo lhe era posto como um mistério, uma caixa de surpresas da qual tudo se poderia esperar.

Percebe-se, então, como se afirmou anteriormente, inclusive com apoio na obra de Prado (2003), que o acusado optou pela transação, porque desconhecia o próprio processo, ou seja, sequer conhecia as evidências contra si existentes (aceitou por temor e não por livre e consciente opção).

IV – Quadro comparativo

Tendo-se agora uma idéia geral do surgimento do instituto da transação penal no cenário jurídico brasileiro, apresenta-se um quadro sinótico (p. 27), contemplando as principais características e diferenças entre o instituto da transação penal e a *plea bargaining* do Direito norte-americano.

Quadro 1 Principais características e diferenças entre o instituto da transação penal e a *plea bargaining*, do Direito norte-americano.

DIREITO AMERICANO <i>Plea bargaining</i>	DIREITO BRASILEIRO Transação penal
Previsão: Emendas à Constituição nº IV, V, VI e VIII.	Previsão: Artigo 76 da lei 9.099/95, criadora dos juizados especiais.
Pode ocorrer em face de qualquer tipo de crime.	Só se verifica em relação aos crimes de menor potencial ofensivo.
O cidadão investigado (avisado da investigação) toma ciência das evidências que existem contra si.	O elemento (investigado a ocultas – fundamento no regimento do Santo Ofício que dava primazia ao segredo) não toma conhecimento de absolutamente nada. O JUIZ NÃO LHE DIZ O QUE ESTÁ OCORRENDO. AFIRMA QUE NÃO QUER SABER SE O ACUSADO TEM CULPA.
Diante das evidências, o acusado opta por passar ou não pelo processo. O PROCESSO É UMA GARANTIA DO CIDADÃO.	O elemento, sem saber do que se trata, é coagido a aceitar a transação penal. O PROCESSO É UMA GARANTIA DO ESTADO E REPRESENTA PARA O ACUSADO UMA AMEAÇA.
Aceitando o acordo, o investigado aceita a culpa por um delito. É CONSTRUÍDA UMA VERDADE DOS FATOS PARA O CASO CONCRETO DE FORMA CONSENSUADA.	Aceitando a transação penal, diz o sistema que o acusado não está aceitando culpa alguma. TODAVIA, CULPABILIDADE = PRESSUPOSTO DE PENA. PORTANTO, NÃO SE CONSTRÓI VERDADE NENHUMA.
O investigado aceita porque CONHECE AS EVIDÊNCIAS E A POSSIBILIDADE DE EVENTUAL CONDENAÇÃO.	O elemento aceita porque NÃO SABE O QUE PODE LHE ACONTECER. O PROCESSO É PARA ELE ALGO OBSCURO E AMEAÇADOR.

V – Algumas constatações

Longe de se ter alcançado alguma conclusão a respeito do tema, ainda há muito que se pesquisar e debater para se descobrir até que ponto o Juizado Especial Criminal, efetivamente, representa um palco para a efetiva consensualidade, sobretudo, na esfera criminal, mas há algumas constatações que se devem relatar.

Será que o instituto da transação penal promove, de fato, uma justiça pactuada de modo a se permitir afirmar que, naqueles casos, houve uma eficaz administração dos conflitos?

Os dados obtidos através da pesquisa de campo demonstraram que para o grupo pesquisado a resposta para o questionamento acima é negativa, já que a insatisfação de ambas as partes, fosse qual fosse o seu interesse no processo, ficou clara.

Percebe-se que diversas questões de relevo, como por exemplo, a eficácia e a efetividade do instituto da transação penal estão sendo deixadas em segundo plano, pois não estão sendo discutidas de forma satisfatória. Vê-se, o quanto pouco discutido é a inteligibilidade da vítima e do autor do fato sobre a aplicação do referido instituto, sobretudo a representação deste último.

O que se conheceu através da presente pesquisa é uma parcela do muito que ainda há que se investigar em todo o país em torno do tema dos juizados especiais criminais. Porém, representa um importante passo para se buscar a compreensão da lógica do microsistema do Juizado Especial Criminal em face de todo o ordenamento jurídico vigente e do paradigma cultural punitivo em que nos encontramos socializados.

A pesquisa revelou que dentre os vários institutos jurídicos brasileiro, o da transação penal seguiu a mesma regra de produção, ou seja, foi traduzido de um sistema jurídico estrangeiro para o nosso, sem as devidas reservas e tem aplicação diversa, apesar de se afirmar que se trata de instituto semelhante àquele do qual fora copiado.

Os dados obtidos revelaram ainda que o autor do fato, quando opta pela aplicação da transação penal, não o faz com a consciência livre, mas, ao contrário, o faz sob a ameaça de uma situação mais gravosa, o que lhe retira a essência do ato de escolher sem que, no entanto, lhe seja apresentada qualquer possibilidade real de uma sanção maior ou mais rigorosa, ou pior, sem que lhe sejam apresentadas todas as evidências reais existentes contra si. Isso reforça a idéia de ameaça, já que impõe ao acusado estar à mercê da própria sorte.

Como o processo não lhes era apresentado como uma garantia constitucional sua, de cidadão, mas sim, como uma ameaça, os autores – informando em entrevistas – entendiam que precisavam se livrar do processo e a maneira que se lhes era dada constituía-se na aceitação da transação penal. Quando, porém, se deparavam com as consequências das atribuições impostas na transação penal, sentiam-se prejudicados. Por isso se comparou o expediente jurídico

co de eliminação de processos (transação penal) ao canto da sereia. A princípio seduz e, em seguida, se revela uma armadilha.

Pode-se concluir ainda que, o fato de que nenhuma verdade é construída quando da aplicação da transação penal, também afasta a compreensão de que este instituto seja semelhante ao da *plea bargaining*, do Direito norte-americano, no qual as partes de forma consensual constroem uma verdade para o caso concreto, e o autor aceita a culpa pela prática de um delito apontado pela construção dessa verdade a fim de receber uma pena menor ou a imputação por número menor de crimes.

Também não se percebeu consenso – tanto na pesquisa de campo quanto na pesquisa bibliográfica – no que se refere ao entendimento do que seja o instituto da transação penal, já que alguns o entendem como benefício conferido pela lei 9.099/95 ao autor do fato, outros como uma alternativa para o autor do fato a uma condenação quase certa e outros, ainda, como um mero acordo entre o autor e o judiciário para terminar o processo.

Não se verificou consenso também quanto à afirmação de que o acusado não está aceitando nem declarando sua culpabilidade quando aceita a transação penal.

A este respeito, parece mais coerente adotar a posição de que qualquer penalidade dentro de nossa sistemática jurídica tem como pressuposto necessário a culpabilidade do agente, sendo esta, inclusive a medida dos limites da aplicação da pena.

O instituto da transação penal, no Juizado Especial pesquisado, mostrou-se muito eficaz como instrumento posto à disposição do judiciário para eliminar processos em um curto espaço de tempo, em vez de apresentar-se como instrumento hábil à administração do conflito.

Desta forma, como instrumento de produção meramente estatística, sua atuação é dotada de eficácia, porém, sem atender ao espírito do microssistema de administração de conflitos regulado pela lei 9.099.95.

Foi intenso o impacto provocado pela criação dos juizados especiais no ordenamento jurídico vigente, como um todo, já que os fundamentos do sistema criminal comum, em diversos pontos, apresentam paradoxos em relação ao microssistema dos juizados especiais. Paradoxos estes que se tentam suplantar com a panacéia da dogmática jurídica.

A pesquisa que ensejou o presente trabalho é extremamente localizada e, por isso, seus resultados não poderiam, por certo, ser generalizados. Porém, resultados semelhantes foram alcançados em diversas outras pesquisas pelo Brasil, como no caso das pesquisas de Kant de Lima, Amorim e Burgos (2003), a respeito dos juizados especiais, no Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo da pesquisa, entretanto, não foi o de estabelecer nenhum paradigma, mas, apenas, de instigar ao debate de temas paradoxais, que permeiam os juizados especiais criminais.

Não há dúvida de que o advento da lei 9.099/95 promoveu uma aproximação entre os cidadãos e o judiciário, dando voz a quem antes se silenciava sem a perspectiva de ver suas angústias, seus conflitos interpessoais sequer notados pelo Judiciário.

Não é possível que o Juizado Especial sozinho possa converter em acertos os equívocos já sedimentados em nossa sociedade, que são frutos de uma longa tradição jurídica e cultural, perpassada por jogos de interesses.

Ainda há muito que se avançar na questão, mas, sem dúvida, os juizados especiais representam um caminho muito promissor ou, no mínimo, apresenta-se como um campo fértil para pesquisas e observações antropológicas e sociológicas, dada a grande diversidade de formas de atuação, de lógicas ou de divergências conceituais, bem como a diversidade de fatos que ali se percebem diariamente.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. **O processo criminal brasileiro**. 3. ed. arg. Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1959. v. 1 e 2.

AMORIM, Maria Stella de; BURGOS, Marcelo; KANT DE LIMA, Roberto. Os juizados especiais no sistema judiciário criminal brasileiro: controvérsias, avaliações e projeções. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, IBCRIM/ Editora Revista dos Tribunais, n. 40, out/dez 2002.

AMORIM, Maria Stella de. Cidadania e jurisdição de direitos nos juizados especiais criminais. In: AMORIM, Maria Stella de; BURGOS, Marcelo; KANT DE LIMA, Roberto (Orgs.). **Juizados especiais criminais: sistema judicial e sociedade no Brasil**. Niterói: Intertexto, 2003.

BITENCOURT, Antônio Carlos dos Santos. **Justiça penal pactuada: anotações à Lei nº 9.099/95, Juizados Especiais Criminais**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BURGOS, Marcelo Baumann. Tipos de demanda, perfil das partes e formas de administração dos conflitos pelos juizados especiais criminais. In: AMORIM, Maria Stella de; BURGOS, Marcelo; KANT DE LIMA, Roberto (Orgs.). **Juizados especiais criminais: sistema judicial e sociedade no Brasil**. Niterói: Intertexto, 2003.

BURGOS, Marcelo Baumann. Por uma sociedade mais inclusiva. Entrevista concedida à Editora PUC Rio. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/noticias/editorapucio/autores/autores_entrevistas_marceloBurgos.html>. Acesso em: 24 jul. 2004.

CARVALHO, Roldão Oliveira de. **Juizados especiais cíveis e criminais**: comentários à lei 9.099. São Paulo: De Direito, 1997.

CORWIN, Edward S. **A constituição norte-americana e seu significado atual**. Prefácio, tradução e notas de Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FERNANDEZ, José Barros. A transação penal e suas conseqüências jurídicas. In: AMORIM, Maria Stella de; BURGOS, Marcelo; KANT DE LIMA, Roberto (Orgs.). **Juizados especiais criminais**: sistema judicial e sociedade no Brasil. Niterói: Intertexto, 2003.

FERREIRA, Marco Aurélio Gonçalves. Direito de acesso às prestação jurisdicional: uma análise comparada entre os sistemas judiciários criminais dos EUA e do Brasil. In: AMORIM, Maria Stella de; BURGOS, Marcelo; KANT DE LIMA, Roberto (Orgs.). **Juizados especiais criminais, sistema judicial e sociedade no Brasil**. Niterói: Intertexto, 2003.

FERREIRA, Marco Aurélio Gonçalves. **O devido processo legal**: um estudo comparado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias; LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais**. 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

GASPARY, Marisa Chaves de Souza. A Lei 9.099/95 sob a perspectiva de gênero. In: AMORIM, Maria Stella de; BURGOS, Marcelo; KANT DE LIMA, Roberto (Orgs.). **Juizados especiais criminais, sistema judicial e sociedade no Brasil**. Niterói: Intertexto, 2003.

GOMES, Marcus Alan de Melo. **Culpabilidade e transação penal nos juizados especiais criminais**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Lei dos juizados especiais criminais anotada**. São Paulo: Saraiva, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. Tradução de Otto Miller. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 1995a.

_____. **Da inquirição ao júri, do trial by jury à plea bargaining**: modelos para a produção da verdade e a negociação da culpa em uma perspectiva comparada Brasil / Estados Unidos. 1995 b. (Tese apresentada ao concurso de professor titular em Antropologia) – Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. In: **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 23-38, 1999.

KANT DE LIMA, Roberto; AMORIM, Maria Stella de; BURGOS, Marcelo Baumann. A administração da violência cotidiana no Brasil: a experiência dos juizados especiais criminais. In: _____. (Orgs.). **Juizados especiais criminais, sistema judicial e sociedade no Brasil**. Niterói: Intertexto, 2003.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro Lopes. **Crimes de trânsito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

NICOLITT, André Luiz. **Juizados especiais criminais**: temas controvertidos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **Direito legal e insulto moral**: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Honra, dignidade e reciprocidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 39-51. (Série Antropologia).

PRADO, Geraldo. **Elementos para uma análise crítica da transação penal**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

SÈROUSSI, Roland. **Introdução ao Direito inglês e norte-americano**. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: LANDY, 2001.

SILVA, Breno Inácio da. **A transação penal na análise do grau de satisfação das partes**: um estudo de caso. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

SILVA, Graziela Ernesto de Oliveira da. Notas sobre percepções das vítimas acerca de inovações no sistema judiciário criminal. In: AMORIM, Maria Stella de; BURGOS, Marcelo; KANT DE LIMA, Roberto (Orgs.). **Juizados especiais criminais**: sistema judicial e sociedade no Brasil. Niterói: Intertexto, 2003.

SOBRANE, Sérgio Turra. **Transação penal**. São Paulo: Saraiva, 2001.